

Demonstrações Financeiras

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

31 de dezembro de 2014
com Relatório dos Auditores Independentes
sobre as demonstrações financeiras



VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO BASE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Salvador, 31 de Dezembro de 2014

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A, anuncia seus resultados referentes ao exercício contábil de 31 de Dezembro de 2014 (DFP14). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

1) PERFIL DA COMPANHIA

A Viabahia foi constituída em 11 de maio de 2009 com a finalidade de assumir a Concessão do Sistema Rodoviário descrito abaixo, através da assinatura de Contrato de Concessão firmado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em 03 de setembro de 2009 (“Contrato de Concessão”).

A assunção do Sistema Rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) transfere o Sistema Rodoviário e os bens da concessão, à Viabahia. A Concessionária tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

O Sistema Rodoviário objeto do Edital nº 001/2008, é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão:

RODOVIAS INTEGRANTES DO SISTEMA

- BR-116/BA - Feira de Santana – Divisa BA/MG
- BR-324/BA - Salvador – Feira de Santana
- BA-526 - Entrada BR-324 – Entrada BA-528
- BA-528 - Entrada BA-526 – Acesso Base Naval de Aratu

O Projeto já cumpriu marcos importantes previstos no Contrato de Concessão, entre eles a preparação da rodovia para o início da cobrança de pedágio nas sete praças. A última delas começou a operar em 31 de julho de 2011. Neste ano de 2011, além de manter o bom nível de operacionalização, desenvolvimento dos serviços de conserva, apoio mecânico e emergenciais, a Companhia realizou importantes trabalhos de recuperação do pavimento, desenvolvendo projetos de ampliação e melhoria e iniciando os trabalhos para duplicação dos trechos obrigatórios. No ano de 2012 ocorreram satisfatórios avanços nos serviços de

recuperação do pavimento e o início dos trabalhos da duplicação obrigatória. O Ano de 2013 foi verificado um significativo avanço nas obras de duplicação e outras melhorias operacionais no sistema rodoviário administrado.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Informações Contábeis	Valores Expressos em R\$ Mil	
	31.12.2014	31.12.2013
a. Patrimônio Líquido	398.591	249.365
b. Ativo Total	1.861.898	1.407.700
c. Receita Líquida	666.126	598.137
d. Resultado Bruto	119.893	122.680
e. Resultado Líquido	31.985	40.077
f. Número de ações, ex-tesouraria	149.121	102.442
g. Valor patrimonial da ação	2,67	2,43
h. Resultado líquido por ação	0,21	0,39
i. Outras informações contábeis selecionadas	Não Aplicável	Não Aplicável

DESTAQUES ECONÔMICOS

Informações Contábeis	Valores Expressos em R\$ Mil	
	31.12.2014	31.12.2013
a. Lucro Bruto	119.893	122.680
b. Despesas Gerais e Administrativas e outras	(35.528)	(16.895)
c. Amortizações e Depreciações (+)	39.708	30.045
d. EBITDA	124.073	135.830

2) EVOLUÇÃO DO TRAFEGO NA RODOVIA

2.1) COMPOSIÇÃO DO TRAFEGO POR MODALIDADE DE PAGAMENTO

O Sistema Rodoviário administrado pela Companhia tem as seguintes características:

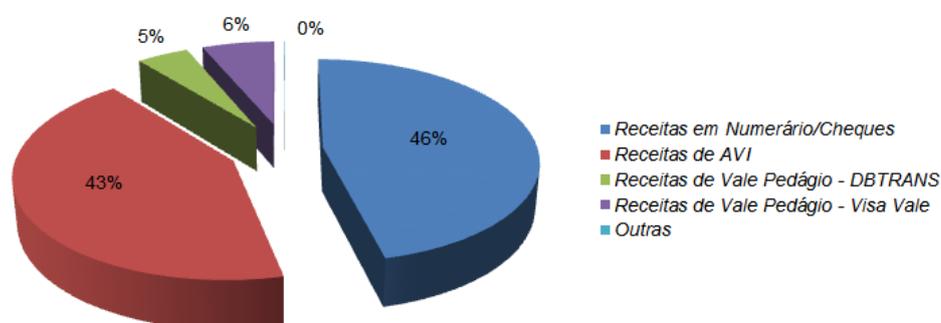
- A BR-324 compreende uma importante interligação estadual, atravessando uma região de alta densidade demográfica, com várias cidades de médio porte e próximas entre si. Este trecho interliga a capital Salvador e o município de Feira de Santana que são polos de atração das viagens realizadas neste trecho, com grande utilização de veículos de passeio e motocicletas.
- A BR-116, por sua vez, caracteriza-se pelo intenso tráfego de veículos comerciais, com predomínio de viagens de passagem pela área de influência da rodovia, demonstrando

que exerce um papel de eixo de integração Norte-Sul do país, interligando a região Nordeste às regiões Sul e Sudeste.

Neste cenário, registra-se que 48% dos veículos que trafegam pelas praças de pedágio registram o pagamento à vista. Essa característica permite à Companhia geração de caixa durante todos os meses, auxiliando-a nas suas demandas e obrigações de curto prazo.

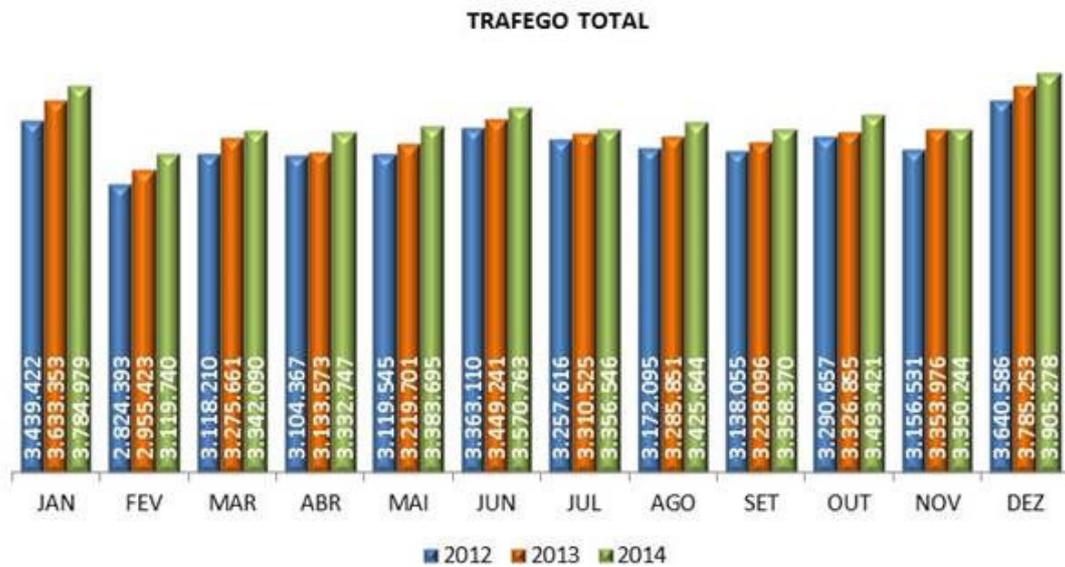
Gráfico de Receita por Modalidade de Pagamentos 2014

(31/12/2014)

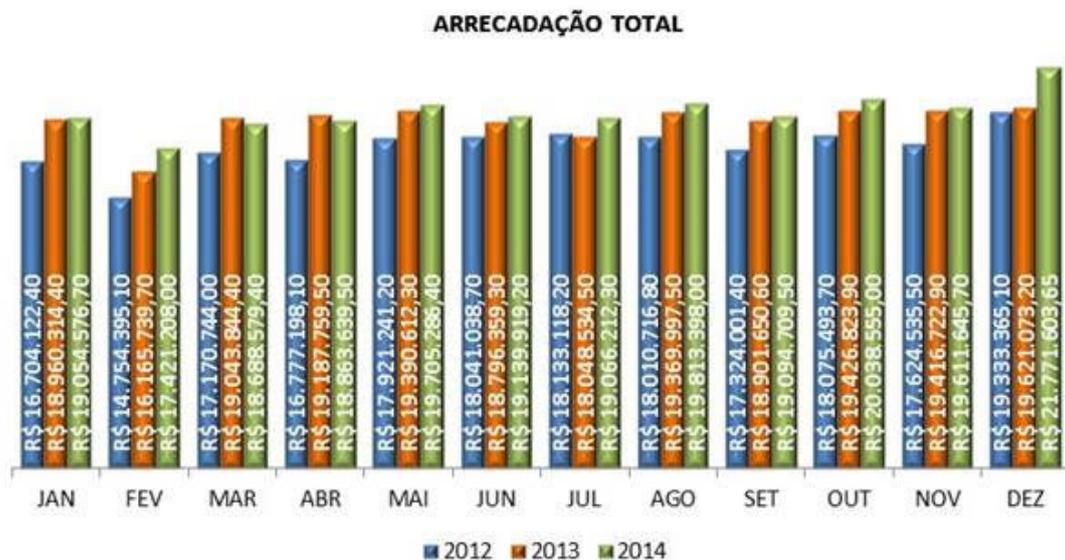


	31.12.2014 Em R\$ Mil
Receitas em Numerário/Cheques	107.558
Receitas de AVI	99.557
Receitas de Vale Pedágio - DBTRANS	10.511
Receitas de Vale Pedágio - Visa Vale	14.643
Outras	98

Ao longo do ano de 2014, a VIABAHIA vem registrando um trafego total maior do que o foi registrado no ano de 2012 e 2013 em todos os meses isto é decorrente especialmente dos fatores relativos às inúmeras intervenções realizadas ao longo do sistema rodoviário administrado e do crescimento regional.



O fato se repete quando analisamos em a arrecadação nos anos de 2012, 2013. Com exceção dos meses de março e abril de 2014, o aumento do trafego influencia diretamente na melhoria da receita operacional, conforme quadro abaixo:



3) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

Condizente com outras empresas do setor, a administração da Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento da Companhia, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimo assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido

pelo montante total da dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante acrescido do passivo não circulante, dividido por seu patrimônio líquido.

Em relação ao exercício indo em 31 de Dezembro de 2014 comparado ao exercício de 31 de Dezembro de 2013, ocorrem aumentos no total de empréstimos e financiamentos devido principalmente a obtenção de mais duas parcelas do empréstimo de longo prazo referente ao contrato CT 12.2.1240.1 firmado em 11 de dezembro de 2012 com o BNDES e bancos de repasse, como também a obtenção de duas novas linhas de crédito com o Banco Safra.

As operações de Empréstimos podem ser assim demonstradas no seguinte quadro:

	Taxa efetiva	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	31/12/2014	31/12/2013
Moeda nacional					
BNDES (i)	TJLP + 2,16% a.a.	35.386	534.093	569.479	470.869
(-) Custos de transação		(750)	(11.863)	(12.613)	(14.629)
(-) Títulos e valores mobiliários		(23.835)	-	(23.835)	(9.837)
Subtotal - BNDES		10.801	522.230	533.031	446.403
BES (i)	TJLP + 5,2% a.a.	3.321	56.323	59.644	49.170
(-) Custos de transação		-	-	-	-
Subtotal - BES		3.321	56.323	59.644	49.170
Votorantim (i)	TJLP + 5,55% a.a.	3.202	54.986	58.188	47.940
(-) Custos de transação		(58)	(1.082)	(1.140)	(1.170)
Subtotal - Votorantim		3.144	53.904	57.048	46.770
Banco ABC (i)	TJLP + 5,3% a.a.	2.209	37.562	39.771	32.778
(-) Custos de transação		(360)	(1.755)	(2.115)	(2.404)
Subtotal - ABC		1.849	35.807	37.656	30.374
Banco do Brasil (ii)	2,5% a 10% a.a. TJLP + 5,7% a.a.	500	391	891	1.391
Banco Safra (iii)	2,5% a 10% a.a. TJLP + 5,7% a.a.	39.490	-	39.490	-
(-) Custos de transação		(204)	-	(204)	-
Total em moeda nacional		58.901	668.655	727.556	574.108
Moeda estrangeira					
Banco Safra (iii)	Dólar + 5,6% a.a.	-	-	-	24.139
Total em moeda estrangeira		-	-	-	24.139
Total de empréstimos e financiamentos		58.901	668.655	727.556	598.247

Do valor financiado de R\$ 1,367 bilhões (R\$ 1,052 bilhões BNDES direto e R\$ 317 MM bancos

repassadores – BES, Votorantim e ABC), temos o seguinte histórico de desembolsos:

Em 17 de dezembro de 2012, o valor de R\$ 293.980, esta parcela foi utilizada para a liquidação automática do empréstimo ponte contratado em 30 de dezembro de 2010 sob o número 10.2.1960.1 no montante de R\$ 290.000 (duzentos e noventa milhões de reais). Em 20 de dezembro de 2012, ocorreram mais dois desembolsos complementares, no valor de R\$ 79.479 a uma parcela remanescente de R\$ 2.749.

O saldo desta operação será utilizado para fazer frente aos investimentos previstos no contrato de concessão, nos meses de Janeiro a Março/13. A soma destes montantes capitados em Dezembro/12 totaliza R\$376.209.

Em 11 de Junho de 2013 o BNDES desembolsou R\$ 5.057. Esta 2ª fase de captação contou com a participação dos bancos repassadores que desembolsaram juntos o montante de R\$ 65.580.

Nos dias 26 e 27 de Setembro de 2013 foi captado o montante líquido de R\$ 74.350 que corresponde a 3ª fase de liberações do empréstimo junto ao BNDES com bancos repassadores. Nesta liberação o BNDES desembolsou R\$ 26.532 e os bancos repassadores desembolsaram juntos o valor de R\$ 47.818.

Em 26 e 27 de dezembro de 2013, foi capitado o montante líquido de R\$ 77.195 que corresponde a 4ª fase de liberações desta operação de longo prazo. O BNDES participou nesta liberação com o montante de R\$ 61.836 enquanto os bancos repassadores desembolsaram juntos R\$ 15.359.

Estas liberações ocorridas em 2013 encerram a utilização do 1º Sobredito “A” do contrato com o BNDES e bancos repassadores. Em 2014 inicia-se uma nova etapa do contrato com a abertura do 2º Subredito “B” com liberações previstas para o mês de Maio 2014.

A primeira liberação do novo Subcrédito “B” ocorreu entre os dias 22 e 29 de maio de 2014, totalizando R\$ 72.731 tendo a seguinte distribuição entre os bancos envolvidos: R\$ 54.971 BNDES, R\$ 4.482 Banco ABC, R\$ 6.555 Banco Votorantim e R\$ 6.723 Banco Bes.

A Segunda Liberação do subcrédito “B” ocorreu no dia 26 de setembro de 2014 e no montante total de R\$ 72.776 tendo a seguinte distribuição entre os bancos integrantes da operação: R\$ 59.248 BNDES, R\$ 3.414 Banco ABC, R\$ 4.993 Banco Votorantim e R\$ 5.121 Banco Bes.

4) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face aos compromissos de investimento assumidos perante a Poder Concedente, a Companhia espera investir recursos da ordem de 398 milhões de reais no ano de 2015. Estes investimentos em ativos imobilizados e intangíveis contemplam a construção, melhoria e recuperação dos trechos de rodovias administrados, em linha com o plano de investimento de longo prazo da Companhia e às exigências legais de seus contratos de concessão.

- Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03, a Companhia informa que, no exercício findo em 31.12.2014 não contratou os seus auditores para outros serviços, fora aqueles relacionados à própria auditoria contábil.

5) DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

As informações financeiras da Viabahia Concessionárias de Rodovias S/A apresentadas neste Relatório encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

PEDRO ACHKAR DE MENDONÇA PINTO

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS

DIRETOR DE RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES



Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1189 17º Andar - Pituba
41820-021 - Salvador, BA, Brasil
Tel: (5571) 3501-9000
Fax: (5571) 3501-9019
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 4 de março de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-BA

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	12.720	75.089
Contas a receber (Nota 5)	13.008	11.419
Tributos a recuperar	1.947	207
Despesas antecipadas (Nota 6)	2.081	1.996
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 25)	-	1.172
Outros ativos	482	406
	30.238	90.289
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 24)	1.818	802
Outros ativos	-	60
	1.818	862
Imobilizado (Nota 8)	5.839	6.808
Intangível (Nota 9)	1.824.003	1.309.741
	1.831.660	1.317.411
Total do ativo	1.861.898	1.407.700

	2014	2013
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 10)	124.667	73.540
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	58.901	35.692
Salários e encargos sociais	6.364	5.122
Tributos a recolher	4.094	3.508
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	769
Verba de fiscalização e segurança no trânsito (Nota 15)	420	381
Parcelamentos de dívidas com ANTT (Nota 13)	10.831	-
Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia (Nota 12)	419.387	303.342
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 7.c)	-	11.904
Dividendos a pagar (Nota 16.c)	7.512	7.907
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios (Nota 24)	794	370
Outros passivos	1.936	1.885
	634.906	444.420
Não circulante		
Fornecedores (Nota 10)	3.393	727
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	668.655	562.555
Tributos diferidos (Nota 14)	13.304	3.163
Parcelamentos de dívidas com ANTT (Nota 13)	3.666	-
Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia (Nota 12)	139.383	147.470
	828.401	713.915
Patrimônio líquido (Nota 16)		
Capital social	369.781	214.862
Reservas de lucros	28.810	34.503
	398.591	249.365
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.861.898	1.407.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Operações continuadas		
Receita operacional líquida (Nota 17)	666.126	598.137
Custo dos serviços prestados (Nota 18)	(546.233)	(475.457)
Lucro bruto	119.893	122.680
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(19.818)	(15.512)
Honorários da Administração (Nota 7)	(1.018)	(1.383)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 20)	1.029	234
Lucro operacional	100.086	106.019
Receitas financeiras (Nota 21)	5.676	9.834
Despesas financeiras (Nota 21)	(56.243)	(61.589)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.519	54.264
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 22)	(7.394)	(7.528)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 22)	(10.140)	(6.659)
Lucro líquido do exercício	31.985	40.077
Lucro básico e diluído por ação - Em R\$ (Nota 23)	0,21	0,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	31.985	40.077
Total do resultado abrangente do exercício	<u>31.985</u>	<u>40.077</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Capital social Integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção	Incentivos fiscais		
Em 1º de janeiro de 2013	102.000	-	2.333	27.604	7.511	-	139.448
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	69.202	-	-	-	-	69.202
Aumento de capital	112.862	(69.202)	-	(27.604)	(7.511)	-	8.545
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	40.077	40.077
Destinação do lucro líquido do exercício							
Dividendos (Nota 16.c)	-	-	-	-	-	(7.907)	(7.907)
Constituição de reservas (Nota 16)	-	-	2.004	23.721	6.445	(32.170)	-
Em 31 de dezembro de 2013	214.862	-	4.337	23.721	6.445	-	249.365
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 16.d)	-	116.846	-	-	-	-	116.846
Aumento de capital (Nota 16)	154.919	(116.846)	-	(23.721)	(6.445)	-	7.907
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	31.985	31.985
Destinação do lucro líquido do exercício							
Dividendos (Nota 16.c)	-	-	-	-	-	(7.512)	(7.512)
Constituição de reservas (Nota 16)	-	-	1.599	22.538	336	(24.473)	-
Em 31 de dezembro de 2014	369.781	-	5.936	22.538	336	-	398.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.519	54.264
Ajustes de		
Depreciação e amortização	39.708	30.045
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	424	261
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	27.892	26.472
AVP da provisão para investimento da rodovia	14.324	12.891
Instrumentos financeiros derivativos (<i>swap</i>)	2.102	(1.112)
Perda na baixa de ativo imobilizado	36	207
Margem de construção	(19.856)	(13.034)
	114.149	109.994
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(1.589)	(2.365)
Tributos a recuperar	(1.736)	5.377
Despesas antecipadas	(86)	(160)
Títulos e valores mobiliários	(13.998)	(9.837)
Outros ativos	(977)	(255)
Fornecedores	41.889	46.116
Salários e encargos sociais	1.242	717
Tributos a recolher	1.885	421
Partes relacionadas	-	11.904
Outros passivos	14.586	1.835
Caixa gerado nas operações	155.365	163.747
Juros pagos sobre empréstimos	(50.773)	(34.976)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.462)	(1.340)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	95.130	127.431
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(456)	(1.390)
Aquisições de bens do ativo intangível	(411.436)	(360.251)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(411.892)	(361.641)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	181.915	223.392
Liquidação operação de <i>swap</i>	(930)	4.531
Pagamento de custos de transação	(653)	(8.365)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(42.785)	(6.101)
Adiantamento para futuro aumento de capital	116.846	69.202
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	254.393	282.659
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(62.369)	48.449
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	75.089	26.640
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.720	75.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Receitas	686.448	617.998
Receita de construção	451.818	389.395
Receita de pedágio e acessórias	234.630	228.603
Insumos adquiridos de terceiros	(497.622)	(434.358)
Custo do serviço de construção	(431.962)	(376.361)
Custo da concessão	(54.140)	(50.808)
Outras despesas	(11.520)	(7.189)
Valor adicionado bruto	188.826	183.640
Depreciação e amortização	(39.708)	(30.045)
Valor adicionado líquido produzido	149.118	153.595
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.676	9.834
Outras receitas	15.721	818
Valor adicionado total a distribuir	170.515	164.247
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	22.583	21.953
Remuneração direta	14.582	13.452
Benefícios	5.394	5.543
Rescisões	446	340
Honorários da diretoria	1.018	1.383
Encargos sociais (exceto INSS)	959	954
Outros	184	281
Impostos, taxas e contribuições	56.399	37.599
PIS/COFINS sobre faturamento	8.601	8.344
Imposto de renda e contribuição social	17.535	14.187
INSS (sobre folha de pagamento)	3.349	3.278
ISS sobre faturamento	11.722	11.517
Outros	15.192	273
Remuneração de capitais próprios	31.985	40.077
Dividendos distribuídos	7.512	7.907
Reservas de lucros	24.473	32.170
Remuneração de capitais de terceiros	59.548	64.618
Juros e variações cambiais	56.243	61.589
Aluguéis	3.305	3.029
Valor adicionado distribuído	170.515	164.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Viabahia” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede em Salvador - Bahia.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital nº 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

- BR-116/BA Feira de Santana - Divisa BA/MG
- BR-324/BA Salvador - Feira de Santana
- BA-526 Entrada BR-324 - Entrada BA-528
- BA-528 Entrada BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu

De maneira geral, o Programa de Exploração da Rodovia - PER estabelece dois grandes marcos durante o período de concessão:

- **Obras iniciais:** compreendem as obras e serviços que a Companhia deverá executar imediatamente após a data da assunção até o 6º (sexto) mês do Prazo da Concessão (que correspondia a abril de 2010, mas que foram finalizados e recebidos pela ANTT em 29 de outubro de 2010 devido a intercorrências ocorridas como elevada taxa pluviométrica registrada na região, paralisação dos trabalhadores da construção pesada em todo o Estado da Bahia, dificuldades em acordar junto à Polícia Rodoviária Federal os horários para interdições de faixas.
- **Recuperação:** obras e serviços que têm por objetivo o restabelecimento das características originalmente existentes nos diversos elementos do Sistema Rodoviário e estabelece que esses trabalhos deverão ser iniciados imediatamente após a conclusão dos Trabalhos Iniciais, estendendo-se no máximo até o final do 5º (quinto) ano do Prazo da Concessão (outubro de 2014), sendo que, dentro desse limite, prazos distintos foram estabelecidos para conclusão dos diferentes serviços.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

Uma série de ocorrências, das mais distintas naturezas, acabou por acarretar dificuldades e/ou impedimento quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos para conclusão dos Serviços de Recuperação até o final do 5º ano do prazo de Concessão. Dentre estas, destacam-se as seguintes:

- Atraso na assinatura do Termo de Cessão de Bens;
- Informações incompletas referente a projetos de recuperação;
- Limitações operacionais que dificultam a realização de intervenções profundas nos elementos das rodovias (composta por pista simples na maior parte de sua extensão ou em razão do grande volume de tráfego em pista dupla);
- Dificuldades encontradas em função de problemas com o fornecimento de CAP - Cimento Asfáltico de Petróleo, ocorrido em todo Estado da Bahia.

Dessa forma, ciente de que os motivos acima descritos provocariam a ocorrência de atraso superior ao tempo originalmente previsto no PER, a Companhia apresentou antecipadamente à ANTT em 10 de setembro de 2014 um "Plano de Ação" para o efetivo cumprimento das denominadas Obras e Serviços de Recuperação até o final do 7º ano do prazo de Concessão (outubro de 2016).

As discussões com a ANTT encontram-se em andamento e a Companhia espera um desfecho durante o ano de 2015.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 4 de março de 2015.

1.1. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou capital circulante negativo de R\$ 604.668 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 354.131) devido principalmente à constituição da provisão para investimentos previstos em ampliação e recuperação da rodovia.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

1.1. Capital circulante líquido--Continuação

A expectativa da Administração é de que dois fatos revertam esta situação, produzindo capacidade econômica de realização de todos os projetos da Companhia:

- (i) Alongamento do perfil da dívida: a Companhia, buscando gerar sustentabilidade econômica ao negócio, obteve em 21 de novembro de 2012, a aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") para liberação do financiamento de longo prazo no montante de R\$1.369.143.

Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores até 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

Bancos	2012	2013	2014	Total
BNDES	376.209	93.425	114.219	583.853
Banco ABC Brasil S.A.	-	32.654	7.896	40.550
BES Investimento do Brasil S.A.	-	48.741	11.844	60.585
Banco Votorantim S.A.	-	47.522	11.548	59.070
	<u>376.209</u>	<u>222.342</u>	<u>145.507</u>	<u>744.058</u>

A expectativa da Administração é que para o ano de 2015 sejam realizadas novas liberações no montante de R\$156.983.

- (ii) Fluxo constante de receitas operacionais: a Companhia tem na arrecadação do pedágio sua principal fonte de recursos. O tráfego nas rodovias administradas é composto, em sua maioria, por veículos comerciais e a receita originária desta cobrança do pedágio varia principalmente pelos tempos e estações das fases de produção econômica dos municípios baianos, escoação de safra e circulação de mercadorias produzidas no sul do país com destino à região Nordeste. A Viabahia vem aperfeiçoando os sistemas de atendimento ao usuário, recuperando a malha rodoviária de sua responsabilidade, executando obras de duplicação e melhorando a qualidade das rodovias administradas. É esperado que o efeito do investimento previsto/realizado pela Companhia refletirá diretamente no aumento do tráfego e incremento da receita.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, avaliação da provisão para investimentos pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

2.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e contas a receber.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos e contas a pagar. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2.4. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

2.5. Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; e (ii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

2.6. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativo Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Tratamento específico relativo a ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na Nota 9.

2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.9. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias, e impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Impostos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.12. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Apresentações de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada de decisões estratégicas.

Considerando que a Companhia possui um único contrato de concessão e todas as suas obrigações regulatórias e decisões estratégicas são analisadas em função deste contrato, a Administração avalia as suas operações como segmento único.

2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2014 ou após essa data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Entidades de Investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2))

Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e devem ser aplicadas retrospectivamente, podendo usufruir de certa desobrigação no período de transição. A exceção à consolidação exige que entidades de investimento contabilizem as operações das controladas a valor justo por meio do resultado. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que essa não possui nenhum investimento.

Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (alterações ao CPC 39)

Essas alterações esclarecem o significado de “atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação” e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto material sobre a Companhia, uma vez que esta não possui quaisquer acordos de compensação.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014-- Continuação

Renovação de Derivativos e Continuação da Contabilização de Hedge (alterações ao CPC 38)

Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar *hedges* descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de *hedge* atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não causam impacto sobre a Companhia, uma vez que esta não promoveu novação de seus derivativos durante os períodos atuais ou anteriores.

ICPC 19/IFRIC 21 - Tributos

A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. No caso de um tributo originado ao se atingir um limite mínimo, a interpretação esclarece que nenhum passivo deve ser previsto antes de se atingir o limite mínimo especificado. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, uma vez que esta aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores.

Melhorias anuais - ciclo 2010-2012

Nas melhorias anuais - ciclo 2010-2012, o IASB emitiu sete alterações a seis normas, incluindo uma alteração à IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo. A alteração à IFRS 13 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014, esclarecendo, na Base de Conclusões, que as contas a receber e contas a pagar a curto prazo sem taxas de juros declaradas podem ser mensuradas a valores faturados quando o efeito do desconto for insignificante. Essa alteração à IFRS 13 não tem impacto sobre a Companhia.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014-- Continuação

Melhorias anuais - ciclo 2011-2013

Nas melhorias anuais - ciclo 2011-2013, o IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. A alteração à IFRS 1 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014 e esclarece na Base de Conclusões que uma entidade pode escolher aplicar uma norma atual ou uma nova norma que ainda não seja obrigatória, mas permite aplicação antecipada, contanto que uma das normas seja aplicada consistentemente ao longo dos períodos apresentados nas demonstrações financeiras emitidas pela primeira vez de acordo com as normas IFRS. Essa alteração à IFRS 1 não causa impacto sobre a Companhia, uma vez que esta prepara suas demonstrações financeiras com base em IFRS em vigência.

2.15. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e que podem vir a afetar as mesmas são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 poderá ter efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

Outras normas e interpretações foram emitidas mas como não são esperados efeitos sobre as demonstrações financeiras da Companhia, estas não estão sendo divulgadas.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Determinação das receitas de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito na Nota 17.

b) Intangível - ICPC 01 - Contratos de concessão

A Companhia registra ativo intangível decorrente de contrato de concessão de acordo com a ICPC 01, o qual é amortizado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas (definição da margem de lucro do serviço de construção e da taxa de desconto do fluxo de caixa dos investimentos), e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva de tráfego). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O contrato de concessão determina que a Companhia realize investimentos em ampliação e renovação da rodovia, tendo sido registrada provisão referente ao valor orçado desse montante, ajustado a valor presente, à taxa de 3,43% a.a. (taxa de longo prazo ajustada pela inflação). A apropriação desses saldos a resultado, durante o período da concessão, será realizada em bases mensais, com base no custo de construção apurado. O custo de construção estimado é revisado anualmente em outubro e ajustado quando necessário.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	1.316	2.161
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.404	72.928
	<u>12.720</u>	<u>75.089</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) a percentuais que variam de 99,5% a 104%.

5. Contas a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (CGMP)	10.089	8.693
Visa vale pedágio	62	118
DBTRANS - vale-pedágio	809	762
ConectCar	78	-
Outros	1.970	1.846
	<u>13.008</u>	<u>11.419</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP) e vale-pedágio (Visa Vale, DBTRANS e ConectCar). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$10.089, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar") serão repassados para a Companhia em até 45 dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração considerando que não existem contas a receber em atraso, e com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

6 Despesas antecipadas

	2014	2013
Custos de empréstimos	-	156
Seguros (i)	1374	1523
Riscos de engenharia	159	876
Responsabilidade civil	11	20
Riscos nomeados e operacionais	697	322
Garantia de execução da obra	507	305
Benefícios pagos antecipadamente (ii)	617	229
Outras despesas	90	88
	2.081	1.996

(i) Corresponde a despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período.

(ii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica e vale-transporte dos funcionários.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

7. Partes relacionadas

a) Serviços de construção partes relacionadas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custos de construção:		
Engevix Engenharia S/A	33.329	73.675
Isolux Projetos e Instalações Ltda.	85.491	165.317
	<u>118.820</u>	<u>238.992</u>
Fornecedores:		
Engevix Engenharia S/A	6.261	11.327
Isolux Projetos e Instalações Ltda.	15.020	26.415
	<u>21.281</u>	<u>37.742</u>

Serviços prestados conforme contrato de empreitada a preço global assinado em 2011, com o Consórcio Construtor Rodobahia que tem como consorciadas as empresas Engevix Engenharia S/A (empresa pertencente ao mesmo grupo da acionista Infravix Participações S/A) e Isolux Projetos e Instalações Ltda. (empresa pertencente ao mesmo grupo da acionista Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda.), para execução integral de obras de melhorias e ampliações obrigatórias; e serviços prestados conforme contrato de empreitada a preço unitário para execução das obras de recuperação de pavimento. O Consórcio garante a execução do objeto do contrato através de caução em dinheiro, mediante a retenção pela Companhia de 5% (cinco por cento) do valor de cada nota fiscal.

b) Dividendos

Os dividendos propostos estão distribuídos da seguinte forma aos acionistas controladores:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda.	6.450	6.043
Infravix Participações S.A.	1.062	1.864
	<u>7.512</u>	<u>7.907</u>

c) Contrato de outorga de garantias corporativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Isolux Corsán Participações de Infraestrutura Ltda.	-	8.333
Jackson Empreendimentos S.A.	-	3.571
	<u>-</u>	<u>11.904</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

7. Partes relacionadas--Continuação

c) Contrato de outorga de garantias corporativas--Continuação

Em 09 de dezembro de 2013, a Companhia (outorgada) firmou “Contrato de Outorga de Garantia Corporativa” com a Isolux Corsán Participações de Infraestrutura Ltda. e a Jackson Empreendimentos S.A. (outorgantes) através do qual as partes relacionadas comprometeram-se a outorgar garantias em benefício da Companhia e manter tais garantias válidas e exequíveis. Em contrapartida, a Companhia pagaria, por ano, a remuneração de 1% sobre o valor em aberto perante a instituição financeira decorrente das garantias outorgadas em operações de fianças bancárias, empréstimos e financiamentos. Em 30 de setembro de 2014, as outorgantes decidiram pela rescisão e liquidação do contrato através de perdão de dívida, tendo a Companhia reconhecida como outras receitas operacionais o montante de R\$11.009, líquido dos efeitos tributários.

As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes.

d) Honorários da Administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$1.018 (R\$1.383 em 31 de dezembro de 2013). Não existem outros benefícios concedidos aos administradores.

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outras imobilizações	Imobilizado andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2013									
Saldo inicial	48	2.826	1.036	1.152	1.512	69	271	87	7.001
Aquisições	-	809	104	118	-	-	65	897	1.993
Baixas	-	(162)	(20)	(21)	(442)	-	(3)	(202)	(850)
Transferência	-	290	-	21	442	-	-	(753)	-
Depreciação	(48)	(363)	(375)	(148)	(360)	(7)	(35)	-	(1.336)
Saldo contábil, líquido.	-	3.400	745	1.122	1.152	62	298	29	6.808
Em 31 de dezembro de 2013									
Custo	384	4.135	1.972	1.537	1.801	73	381	29	10.312
Depreciação acumulada	(384)	(735)	(1.227)	(415)	(649)	(11)	(83)	-	(3.504)
Saldo contábil, líquido	-	3.400	745	1.122	1.152	62	298	29	6.808
Em 1º de janeiro de 2014									
Saldo inicial	-	3.400	745	1.122	1.152	62	298	29	6.808
Aquisições	-	169	220	58	-	-	-	9	456
Baixas	-	(30)	-	-	-	-	-	(6)	(36)
Depreciação	-	(420)	(407)	(157)	(360)	(7)	(38)	-	(1.389)
Saldo contábil, líquido	-	3.119	558	1.023	792	55	260	32	5.839
Em 31 de dezembro de 2014									
Custo	384	4.274	2.192	1.595	1.801	73	381	32	10.732
Depreciação acumulada	(384)	(1.155)	(1.634)	(572)	(1.009)	(18)	(121)	-	(4.893)
Saldo contábil, líquido	-	3.119	558	1.023	792	55	260	32	5.839
Taxas médias anuais de depreciação	10	10	20	10	20	10	10	-	-

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

9. Intangível

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Softwares	Intangível em formação	Total
Em 1º de janeiro de 2013						
Saldo inicial	543.062	75.975	238.998	1.936	83.453	943.424
Adição	63.461	8.246	99.026	270	223.983	394.986
Amortização	(17.661)	(2.513)	(7.944)	(551)	-	(28.669)
Saldo contábil, líquido.	588.862	81.708	330.080	1.655	307.436	1.309.741
Em 31 de dezembro de 2013						
Custo	622.353	86.565	353.389	2.843	307.436	1.372.586
Amortização acumulada	(33.491)	(4.857)	(23.309)	(1.188)	-	(62.845)
Saldo contábil, líquido	588.862	81.708	330.080	1.655	307.436	1.309.741
Em 1º de janeiro de 2014						
Saldo inicial	588.862	81.708	330.080	1.655	307.436	1.309.741
Adição	407.314	14.058	9.937	73	121.198	552.580
Amortização	(23.316)	(2.992)	(11.452)	(558)	-	(38.318)
Saldo contábil, líquido	972.860	92.774	328.565	1.170	428.634	1.824.003
Em 31 de dezembro de 2014						
Custo	1.029.667	100.623	363.326	2.916	428.634	1.925.166
Amortização acumulada	(56.807)	(7.849)	(34.761)	(1.746)	-	(101.163)
Saldo contábil, líquido	972.860	92.774	328.565	1.170	428.634	1.824.003
Prazo remanescente de amortização / Vida útil estimada - Softwares (anos)	20	20	20	5	-	-

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

9. Intangível--Continuação

i) Intangível - construção da infraestrutura (recuperação, operação e melhoramentos)

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida no resultado como custo de operação, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de realização dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Companhia no prazo da concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do termo contratual.

Segue abaixo a conciliação das adições do intangível com a provisão dos investimentos e a movimentação do intangível no fluxo de caixa da Companhia:

	2014	2013
Investimentos realizados (Nota 12)	337.675	162.785
Adições ao intangível (Nota 9)	552.580	394.986
Acréscimo da provisão (Nota 12)	(431.309)	(170.733)
Capitalização de juros (Nota 21)	(27.654)	(13.753)
Margem de construção (Nota 17)	(19.856)	(13.034)
Aquisições demonstradas no fluxo de caixa	411.436	360.251

ii) Intangível em formação

Intangível em formação corresponde, basicamente, aos investimentos em duplicação de pista ainda não concluídos que representam potencial de geração de receita adicional através do incremento do tráfego.

10. Fornecedores

	2014	2013
Contas a pagar aos fornecedores (i)	92.190	52.861
Cauções contratuais (ii)	35.870	21.406
Total	128.060	74.267
Circulante	124.667	73.540
Não circulante	3.393	727

- (i) Refere-se, principalmente, a fornecedores de serviços administrativos e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados às obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação.
- (ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos

	Taxa efetiva	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	2014	2013
Moeda nacional					
BNDES (i)	TJLP + 2,16% a.a.	35.386	534.093	569.479	470.869
(-) Custos de transação		(750)	(11.863)	(12.613)	(14.629)
(-) Títulos e valores mobiliários (b)		(23.835)	-	(23.835)	(9.837)
Subtotal - BNDES		10.801	522.230	533.031	446.403
BES (i)	TJLP + 5,2% a.a.	3.321	56.323	59.644	49.170
Votorantim (i)	TJLP + 5,55% a.a.	3.202	54.986	58.188	47.940
(-) Custos de transação		(58)	(1.082)	(1.140)	(1.170)
Subtotal - Votorantim		3.144	53.904	57.048	46.770
Banco ABC (i)	TJLP + 5,3% a.a.	2.209	37.562	39.771	32.778
(-) Custos de transação		(360)	(1.755)	(2.115)	(2.404)
Subtotal - ABC		1.849	35.807	37.656	30.374
Banco do Brasil	2,5% a 10% a.a. TJLP + 5,7% a.a.	500	391	891	1.391
Banco Safra	CDI + 2,95% a 3% a.a.	39.490	-	39.490	-
(-) Custos de transação		(204)	-	(204)	-
Subtotal - Safra		39.286	-	39.286	-
Total em moeda nacional		58.901	668.655	727.556	574.108
Moeda estrangeira					
Banco Safra	Dólar + 5,6% a.a.	-	-	-	24.139
Total em moeda estrangeira		-	-	-	24.139
Total de empréstimos e financiamentos		58.901	668.655	727.556	598.247

(i) Em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$1.369.143. Até 31 de dezembro de 2014 foram efetuados desembolsos pelo BNDES e pelos bancos repassadores no montante total de R\$744.058.

a) Custos de transação

Os custos incorridos na captação dos empréstimos estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Garantias

O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., BES Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., as quais constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, Companhia possui aplicação financeira mantida junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$23.835, remunerada a 99,5% do CDI, que se constitui em reserva real para garantia de financiamentos junto às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco ABC Brasil S.A., BES Investimento do Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A..

c) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos no contrato de financiamento:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta;
- Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total for inferior a 20% ou o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), os quais serão apurados ao final de cada semestre.

As cláusulas restritivas estão adequadamente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2014.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

d) Capitalização de juros

A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram adicionados ao intangível em formação juros no montante de R\$27.654 (2013 - R\$13.753).

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

	2014	2013
Até um ano	84.108	46.132
Acima de um ano e até dois anos	48.930	42.305
Acima de dois anos e até três anos	59.798	45.389
Acima de três anos e até quatro anos	64.397	48.628
Acima de quatro anos e até cinco anos	69.431	52.359
Mais de cinco anos	440.799	391.473
	767.463	626.286
(-) Custos de transação	(16.072)	(18.202)
(-) Títulos e valores mobiliários	(23.835)	(9.837)
	727.556	598.247

A mutação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.315	365.713	28.276	-	395.304
Ingressos	-	223.392	-	-	223.392
Encargos	31.969	115	1.576	-	33.660
Variação cambial	-	-	3.617	-	3.617
Transferências	19.853	(19.853)	-	-	-
Amortizações	(31.747)	-	(9.330)	-	(41.077)
(-) Custos de transação	-	(6.812)	-	-	(6.812)
(-) Títulos e valores mobiliários	(9.837)	-	-	-	(9.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	11.553	562.555	24.139	-	598.247
Ingressos	36.400	145.515	-	-	181.915
Encargos	53.057	81	908	-	54.046
Variação cambial	-	-	(1.226)	-	(1.226)
Transferências	41.830	(41.830)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(69.737)	-	(23.821)	-	(93.558)
(-) Custos de transação	(204)	2.334	-	-	2.130
(-) Títulos e valores mobiliários	(13.998)	-	-	-	(13.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	58.901	668.655	-	-	727.556

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

12. Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia

O orçamento da Companhia, preparado com base nos investimentos previstos nas obras de construção e melhoria das rodovias e a serem realizados até 2016, prevê desembolsos de R\$558.770 (R\$450.812 em 31 de dezembro de 2013), sendo que R\$ 419.387 deverão ser realizados até 31 de dezembro de 2015. Essa provisão é revista anualmente pela Companhia em decorrência dos novos valores e projeções atuais.

Seguem abaixo os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Em 1º de janeiro	450.812	429.973
Revisão orçamentária - complemento da provisão (i)	425.408	170.733
Adições ao intangível	5.901	-
Ajuste a valor presente	14.324	12.891
Investimentos realizados	(337.675)	(162.785)
Total	558.770	450.812
Circulante	(419.387)	(303.342)
Não circulante	139.383	147.470

- (i) Em 2014 e 2013 a Companhia efetuou revisão anual da provisão, com base no orçamento aprovado para o exercício subsequente e contratos de obras já firmados. A variação positiva identificada na provisão se deve principalmente à revisão dos gastos necessários a serem incorridos com a recuperação das rodovias BA-324 e BR-116 mensurados com base em relatórios de monitoramento da ANTT. Essa alteração foi considerada como uma mudança de estimativa do custo e sua contrapartida foi reconhecida no ativo intangível.

13. Parcelamentos de dívidas com ANTT

Em 19 de novembro de 2014, a Companhia solicitou à ANTT com fundamento no artigo 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, c/c o art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, alterado pelo art. 34 da Lei 13.043/2014, o parcelamento de dívida constituída por débitos relativos a 6 (seis) infrações por descumprimento do Programa de Exploração Rodoviária ("PER") no montante total de R\$3.751, em 180 (cento e oitenta) prestações mensais.

O deferimento do parcelamento foi efetuado mediante o pagamento da antecipação de 10% do montante da dívida objeto de parcelamento até o último dia para opção.

Adicionalmente, em 09 de dezembro de 2014, a Companhia solicitou à ANTT a atualização do débito total consolidado referente a outras 13 (treze) infrações por violação à legislação dessa Agência Reguladora no montante total de R\$8.351, bem como a autorização para pagamento em 59 (cinquenta e nove) parcelas mensais e sucessivas baseada na Resolução ANTT nº 3561/2010. Enquanto aguarda o deferimento da ANTT, a Companhia mantém registrado o débito total atualizado pela SELIC referente a essas infrações no passivo circulante.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

13. Parcelamentos--Continuação

O resumo dos parcelamentos encontra-se demonstrado abaixo:

	Lei nº 13.043/2014	Resolução ANTT nº 3561/2010	Total
Débitos originais incluídos no parcelamento	3.751	8.351	12.102
Multa de mora	832	1.761	2.593
Juros de mora	409	455	864
Reduções previstas em Lei	(601)	-	(601)
Total débitos incluídos no parcelamento	4.391	10.567	14.958
Pagamentos	(461)	-	(461)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.930	10.567	14.997
Circulante	(264)	(10.567)	(10.831)
Não circulante	3.666	-	3.666

O valor dos débitos originais incluídos no parcelamento foi reconhecido como outras despesas operacionais e suas respectivas multas e juros de mora, líquidas das reduções legais, como despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As parcelas de longo prazo possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

	2014
Acima de um ano e até dois anos	264
Acima de dois anos e até três anos	264
Acima de três anos e até quatro anos	264
Acima de quatro anos e até cinco anos	264
Mais de cinco anos	2.610
	3.666

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo (passivo), pode ser resumida como segue:

Base	Saldos em 31/12/2013	Adições (reduções)	Saldos em 31/12/2014
Ajuste encargos financeiros - apropriação AVP	15.054	4.871	19.925
Despesas pré-operacionais a amortizar	2.813	(1.468)	1.345
Provisão receita e custo de construção	(14.300)	(6.751)	(21.051)
Ajuste encargos financeiros - capitalização de juros	(8.211)	(9.402)	(17.613)
Amortização societária x fiscal	7.987	655	8.642
Custos dos empréstimos - societário x fiscal	(6.189)	724	(5.465)
Provisão participação nos resultados	(162)	288	126
Provisão para contingências	126	144	270
Variação instrumentos financeiros derivativos	(281)	281	-
Outras provisões	-	518	518
	(3.163)	(10.141)	(13.304)

15. Verbas de fiscalização e de segurança no trânsito

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização em 2014 foi de R\$4.803 (2013 - R\$4.523), tendo esta sido recolhida mensalmente. A verba de fiscalização é reajustada anualmente, na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$420 (2013 - R\$381).

Adicionalmente, a Companhia deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e/ou aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. A verba para segurança no trânsito será no montante anual de R\$435, reajustada anualmente na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O valor total gasto relativo à verba para segurança no trânsito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$1.530 (2013 – R\$701).

Os compromissos assumidos pela Companhia para pagamento das verbas de fiscalização e de segurança no trânsito até o final do prazo de concessão estão demonstrados a seguir:

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

15. Verbas de fiscalização e de segurança no trânsito--Continuação

	<u>2014</u>
Até um ano	6.203
Acima de um ano e até dois anos	6.203
Acima de dois anos e até três anos	6.203
Acima de três anos e até quatro anos	6.203
Acima de quatro anos e até cinco anos	6.203
Mais de cinco anos	89.944
	<u>120.959</u>

16. Patrimônio líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2014 está representado por 230.259.301 (2013 - 134.260.038) ações ordinárias e sem valor nominal:

	<u>Em milhares de ações ordinárias</u>			
	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda.	197.703	85,86	102.609	76,43
Infravix Participações S.A.	32.556	14,14	31.651	23,57
	<u>230.259</u>	<u>100,00</u>	<u>134.260</u>	<u>100,00</u>

Em 25 de abril de 2014, a Assembleia Geral Ordinária deliberou o aumento do capital autorizado da Companhia em R\$130.000, permitindo o aumento do capital social da Companhia, independente de reforma estatutária e até o limite autorizado, mediante aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Em 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os seguintes aumentos de capital, os quais foram totalmente subscritos e integralizados pelos acionistas:

<u>Data</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias integralizadas em milhares</u>			
	<u>Valor do aumento de capital</u>	<u>Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda.</u>	<u>Infravix Participações S.A.</u>	<u>Total</u>
30 de abril de 2014	24.907	11.186	905	12.091 (i)
30 de junho de 2014	2.950	1.475	-	1.475 (i)
22 de julho de 2014	30.166	-	-	- (ii)
31 de julho de 2014	28.781	14.318	-	14.318 (i)
31 de dezembro de 2014	68.115	68.115	-	68.115 (i)
	<u>154.919</u>	<u>95.094</u>	<u>905</u>	<u>95.999</u>

- (i) Integralizado via capitalização de AFAC e de dividendos de exercícios anteriores nos montantes de R\$116.846 e R\$ 7.907, respectivamente.
- (ii) Integralizado via capitalização de reserva para investimento e de reserva de incentivos fiscais nos montantes de R\$ 23.721 e R\$ 6.445, respectivamente.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser R\$369.781 em 31 de dezembro de 2014, tendo a Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda. como detentora de 85,86% das ações da Companhia e a Infravix Participações S.A. 14,14%.

a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucros, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, através do Laudo Constitutivo nº 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

Durante o período de vigência do benefício fiscal deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apurou o montante de R\$336 (2013 - R\$6.445) referentes ao incentivo fiscal SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas ao programa de incentivos.

b) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Administração da Companhia art. 196 da Lei nº 6.404/76 (e alterações) está propondo a constituição de reservas de lucros para investimentos no montante de R\$22.538 para atender o projeto de investimentos, na exploração de seu objeto social ao longo dos seus próximos exercícios, conforme os termos constantes do Orçamento de Capital a ser aprovados pelos acionistas. O saldo acumulado de reservas de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$23.721, cujos investimentos já foram realizados, foram destinados ao aumento de capital (Nota 16a).

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos propostos

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Companhia está propondo a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$7.512, apurados como demonstrado a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	31.985	40.077
Reserva legal - 5%	(1.599)	(2.004)
Reserva de incentivo fiscal	(336)	(6.445)
Base de cálculo	<u>30.050</u>	<u>31.628</u>
% proposto	25%	25%
Dividendos propostos	<u>7.512</u>	<u>7.907</u>

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício 2104, a Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda. efetuou Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), no valor total de R\$116.846, para fazer frente aos investimentos em obras da Companhia. Esse AFAC foi integralmente incorporado ao capital social da Companhia (Nota 16a).

17. Receita operacional líquida

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas de pedágio		
Numerários (i)	107.558	109.632
AVI - Sem Parar/ConectCar (ii)	99.557	91.087
Visa Vale (iii)	14.643	14.752
DBTRANS (iii)	10.511	10.927
Sobras de arrecadação	98	111
	<u>232.367</u>	<u>226.509</u>
Receitas acessórias		
Receitas extraordinárias	2.263	2.094
Receitas de construção		
Obras de infraestrutura (iv)	451.818	389.395
Tributos sobre serviços da operação	(20.322)	(19.861)
	<u>666.126</u>	<u>598.137</u>

(i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques.

(ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresas especializadas (CGMP e ConectCar).

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

17. Receita operacional líquida--Continuação

- (iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale-pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas.
- (iv) Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 6% (para obras executadas por terceiros) ou 2% (para obras executadas pelo Consórcio Construtor Rodobahia) de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de obras de infraestrutura	451.818	389.395
Custos de construção	(431.962)	(376.361)
	19.856	13.034

18. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Custos de conservação</u>		
Custos com pessoal	(2.928)	(2.585)
Serviços de terceiros (i)	(7.191)	(6.373)
Material, equipamentos e veículos	(1.881)	(1.442)
Manutenção	(2.318)	(5.163)
Outros gastos conservação	(538)	(400)
	(14.856)	(15.963)
<u>Custos de operação</u>		
Custos com pessoal	(16.166)	(14.721)
Serviços de terceiros (i)	(25.049)	(23.597)
Material, equipamentos e veículos	(6.766)	(5.657)
Verbas de fiscalização e de segurança do trânsito	(6.333)	(5.224)
Seguros	(2.142)	(2.075)
	(38.321)	(28.609)
Depreciação e amortização	(2.288)	(1.900)
Outros gastos operação	(97.065)	(81.783)
<u>Custos de monitoramento</u>		
Serviços de terceiros	(2.350)	(1.350)
<u>Custos de construção</u>		
Custos dos serviços de construção	(431.962)	(376.361)
Total	(546.233)	(475.457)

- (i) Referem-se basicamente a serviços de limpeza, vigilância, atendimento pré-hospitalar, guincho, transporte de valores e de colaboradores da rodovia.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>		
Serviços de terceiros (i)	(6.798)	(2.828)
Depreciação e amortização	(1.387)	(1.436)
Propaganda e publicidade	(1.024)	(1.372)
Material, equipamentos e veículos.	(458)	(452)
Despesas com pessoal	(5.717)	(6.343)
Arrendamentos e aluguéis	(728)	(708)
Gastos com viagens	(627)	(340)
Energia, telefone e correspondências	(364)	(254)
Ressarcimento de danos aos usuários	(120)	(140)
Associação de classe	(173)	(156)
Editais e publicações	(223)	(200)
Despesas com contingências	(424)	(278)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.775)	(1.005)
	<u>(19.818)</u>	<u>(15.512)</u>

(i) Referem-se basicamente a serviços de consultoria jurídica e contábil.

20. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de sinistros (i)	4.712	-
Perdão de dívida (Nota 7c)	11.009	-
Multas regulatórias (ii)	(14.692)	-
Outras	-	234
	<u>1.029</u>	<u>234</u>

(i) Em julho e outubro de 2014, a Companhia recebeu os valores de R\$1.000 e R\$3.712, respectivamente, da seguradora Tokio Marine, referente ao ressarcimento dos gastos iniciais com a recuperação da pista, em função da abertura de uma cratera na BR-324, conforme prevê a apólice de seguro para riscos nomeados e operacionais.

(ii) Em 2014 a Companhia incorreu em outras despesas operacionais relativas a infrações por descumprimento do PER no montante total de R\$14.692, tendo sido parcelado e pago os montantes de R\$12.102 (Nota 13) e R\$2.590 (Nota 24), respectivamente.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

21. Receitas e despesas financeiras, líquidas

	2014	2013
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(54.046)	(33.660)
Capitalização de juros	27.654	13.753
Apropriação de AVP sobre provisão para investimentos	(14.324)	(12.891)
Variações cambiais	(877)	(6.462)
Perdas com operações com instrumentos financeiros (<i>Swap</i>)	(2.493)	(4.205)
Apropriação dos custos de transação	(3.075)	(3.433)
Contrato de outorga	(5.120)	(11.904)
Outras	(3.962)	(2.787)
	(56.243)	(61.589)
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicação financeira	3.060	1.162
Variações cambiais	2.103	2.845
Ganho com operações com instrumentos financeiros (<i>Swap</i>)	391	5.317
Juros ativos	56	484
Outras	66	26
	5.676	9.834
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(50.567)	(51.254)

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

22. Despesas de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	49.519	54.264
Imposto de renda e contribuição social à alíquota fiscal nominal de 34%	16.836	18.450
Incentivos fiscais		
(-) Incentivo PAT	(139)	(251)
(-) Incentivo Sudene	(336)	(6.445)
Adições (exclusões) permanentes		
Multas não dedutíveis	-	384
Despesas com outorgas de garantias	-	1.664
Perdas	199	186
Despesas não dedutíveis	195	-
Outras	777	199
Imposto de renda e contribuição social apresentados no resultado	17.534	14.187
Alíquota efetiva	35,4%	26,1%

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findo de dezembro de 2014 e 2013 encontra-se a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes:		
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	7.394	7.528
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	10.140	6.659
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado	17.534	14.187

23. Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

23. Lucro por ação--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	31.985	40.077
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	149.121	102.442
Lucro básico e diluído por ação	0,21	0,39

24. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

A movimentação das provisões e dos depósitos judiciais é como segue:

	Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2013	290	80	370
Constituição	122	320	442
Baixa/reversão	(18)	-	(18)
Saldos em 31 de dezembro 2014	394	400	794

	Depósitos Judiciais		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2013	78	724	802
Adições	354	610	964
Atualização monetária	-	52	52
Saldos em 31 de dezembro 2014	432	1.386	1.818

A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, classificados como de risco provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e para os quais em 31 de dezembro de 2014 foi constituída provisão no montante de R\$794 (2013 - R\$370).

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, classificados como de risco possível por seus advogados, no montante estimado de R\$26.715 (2013 - R\$18.349), não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos.

Em 2011, o Ministério Público Federal da Bahia ingressou com uma ação civil pública contra a Companhia, através do processo número 0006049-88.2011.4.01.3304, tendo como objeto a não conclusão dos serviços previstos para os trabalhos iniciais de recuperação das rodovias sob sua concessão, com valor estimado em aproximadamente R\$1.000. A Companhia atendeu a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos) e, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, estima como "possível" a probabilidade de perda. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

24. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios--Continuação

Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui 103 autos e notificações da ANTT (2013 –73) referentes à aplicação de penalidades, no montante total atualizado de R\$100.462 (2013 – R\$70.281), decorrentes de processos em andamento na esfera administrativa, cujo pedido de nulidade por parte da Companhia ainda não foi julgado ou foi julgado improcedente no âmbito da Superintendência daquela Agência Reguladora.

As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrência - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária (“PER”);
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER; e
- (d) Não entrega da documentação relativa aos projetos dentro do prazo estabelecido pelo órgão regulador.

A Companhia protocolou pedidos de revisão à Diretoria da ANTT ou ingressou com ações judiciais, no qual solicita a reforma da decisão proferida pela Superintendência e o arquivamento dos processos, sem qualquer aplicação de penalidade.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos o êxito da Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente é avaliado como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Conforme mencionado na Nota 13, em 2014, a Companhia solicitou a ANTT o parcelamento de outros autos de infração e notificações no montante total de R\$14.958, após as reduções previstas em lei, para os quais a expectativa de êxito por parte da Companhia, foi avaliada como remota. Ainda neste contexto a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 2.590 referente aos autos e notificações para os quais a expectativa de êxito era remota. Esses pagamentos foram registrados em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de outras receitas/despesas operacionais (vide Nota 20).

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras de liquidez imediata e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de *benchmark* de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na Nota 1.1.

d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI") e de Juros de Longo Prazo ("TJLP") para suas operações de empréstimos e financiamentos (Nota 11) e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco, Banco Safra, Caixa Econômica e Banco do Nordeste.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e variações da TJLP para seus empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade dos saldos em aberto considerando um horizonte de um ano e aumentos de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados abaixo:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(53.457)	(60.716)	(62.225)
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(2.082)	(2.468)	(2.683)
Aplicações Financeiras	Alta do CDI	2.224	2.820	3.434
Total líquido		(53.315)	(60.634)	(61.474)

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados acima podem ser observados como segue:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	10,14%	12,68%	14,64%
Aplicações Financeiras	Alta do CDI	10,14%	12,68%	14,64%

(*) Os valores apresentados referem-se ao fator da taxa CDI considerando o acúmulo entre a data de início e a data-base (fonte CETIP), adicionada a projeção acumulada da curva DI (Fonte BM&F) até a data de vencimento e descontado ao valor presente utilizando a taxa descrita de 100% do CDI - projeção acumulada da curva DI (Fonte BM&F) entre a data-base até data de vencimento. Nos cenários II e III a projeção da curva DI foi estressada a 25% e 50%.

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

g) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda”, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros não mensurados a valor justo. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis, descritos como segue:

	Hierarquia do Valor Justo	2014	2013
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	-	1.172
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	12.720	75.089
Contas a receber	Nível 2	13.008	11.419
		<u>25.728</u>	<u>86.508</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	Nível 2	(128.060)	(82.890)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(727.556)	(598.248)
		<u>(855.616)</u>	<u>(681.138)</u>

Em 2013, a Companhia contratou instrumento de swap para proteção contra riscos financeiros cujo período de vigência foi de 18 de junho de 2013 a 18 de junho de 2014. O índice sobre a parcela do banco (ponta passiva) era 149% do CDI e o índice sobre a parcela destacada da Companhia (ponta ativa) era a variação cambial + 5,6005% a.a. Os índices e taxas foram aplicados sobre a parcela destacada de R\$ 21.538, do início até o término do período de vigência do contrato. A operação foi contratada para a totalidade do endividamento com exposição cambial que a Companhia possuía, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial fossem compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira. A movimentação do derivativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	2014	2013
Saldos em 31 de dezembro	1.172	4.591
Perda	(2.493)	(4.205)
Ganho	391	5.317
Liquidação operação <i>swap</i>	930	(4.531)
Saldos em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>1.172</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

g) Instrumentos financeiros--continuação

A Companhia não utilizou a metodologia de “*hedge accounting*” para contabilização dos seus instrumentos financeiros derivativos, sendo os mesmos mensurados ao valor justo por meio de resultado.

h) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, obter capital dos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Com base na análise do índice de alavancagem, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e/ou de captação de recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser assim sumariados:

	2014	2013
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 11)	727.556	598.247
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(12.720)	(75.089)
Dívida líquida	714.836	523.158
Total do patrimônio líquido	398.591	249.365
Total do capital	1.113.427	772.523
Índice de alavancagem financeira	0,64	0,68

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

26. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2014, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Riscos cobertos	Bens segurados	Montante cobertura	Vencimento
Riscos de engenharia	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	77.500	Setembro/2015
Riscos nomeados e operacionais	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	18.348	Setembro/2015
Garantia de execução da obra	Infra-estrutura e execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008 Edificações, máquinas e equipamentos	261.817	Abril/2015 a Setembro/2015
Responsabilidade civil	Administradores da Companhia	20.000	Abril/2015

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- Seguros contra danos materiais - cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão.
- Garantia de execução - seguro que a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais relativo ao escritório sede, localizado na Av. ACM, nº 3.244, Edifício Thomé de Souza, 16º andar, sala 1.601, Salvador-Bahia.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais e produtos relativos a máquinas e equipamentos, tratores, retro escavadeiras, roçadeiras e caminhões.